



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCO, 35  
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



## MENSAGEM Nº.030/88-NMR

Cordeirópolis, 29 de agosto de 1988.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Cumpre-nos encaminhar nesta oportunidade, para apreciação e deliberação dessa Augusta Casa de Leis, em regime de urgência de quarenta (40) dias, o incluso Projeto de Lei nº.030/88- desta data - que repristina, restaurando-os, dispositivos das Leis - nºs. 1162/81 e 1156/81, conforme especifica.

Como é do conhecimento dos nobres Edís, a Lei Municipal nº.1219, de 22.06.83, revogou, integralmente, a anterior Lei Municipal - nº. 1162/81, que, por sua vez, dentre outros, modificava os artigos 25 e 64, da Lei Municipal nº. 1156/81, dispondo sobre a organização dos loteamentos locais.

Entretanto, a revogação isolada da Lei Municipal nº. 1162/81, - pela Lei Municipal nº. 1219/83, por si só, não tem o condão de restaurar ou revigorar os artigos 25 e 64, da Lei Municipal nº. 1156/81, como lembram os administrativistas (Hely Lopes Meirelles, Curso Administrativo Brasileiro, 5ª Edição RT, 1985, pág. 501), pois uma lei revogada não se restaura pura e simplesmente por ter a lei revogadora perdido a sua vigência.

Portanto, além daquela revogação isolada, há a necessidade de restauração paralela, explícita, dos mencionados artigos 25 e 64, da Lei Municipal primitiva de nº.1156/81, restauração essa, objeto desta mensagem e de seu projeto anexo.

O artigo 64, da Lei Municipal nº.1156/81, manterá a mesma redação, que lhe foi dada pela revogada Lei Municipal nº.1162/81, - sendo notável que o artigo 25, dessa referida Lei nº.1156/81, está inclusivo no art. 2º, da revogada Lei nº.1162/81.

Com esses ajustamentos necessários, revigora-se, em sua plena - vigência e eficácia, a Lei Municipal nº.1156/81, aperfeiçoada - com a nova redação proposta, viabilizando melhor os novos e futuros loteamentos locais.

Certos de que Vossas Excelências serão sensíveis ao projeto formulado e, na expectativa de sua inteira aprovação, subscrevemo-nos atentamente,





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35  
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490

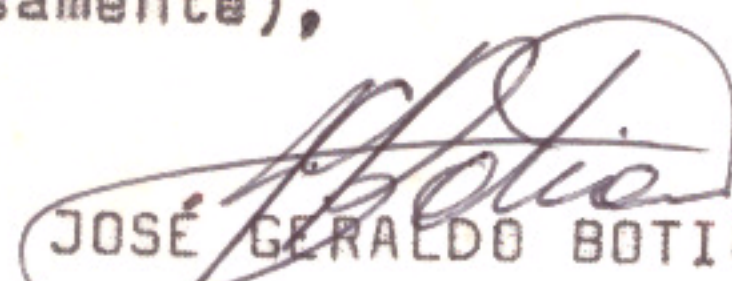


mensagem nº.030/88-nmr

-continuação-

fls.02

(...subscrevemo-nos atenciosamente),

  
JOSÉ GERALDO BOTION  
-Prefeito Municipal-

À Sua Excelência o Senhor  
JOSÉ GARDIZANI  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
CORDEIRÓPOLIS - S.P.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35  
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



## PROJETO DE LEI Nº.030 DE 29 DE AGOSTO DE 1988

REPRISTINA, RESTAURANDO-OS, O ARTIGO 2º, "CAPUT", O SEU PARÁGRAFO ÚNICO, COM NOVA REDAÇÃO, E SUAS ALÍNEAS "A" ATÉ "E", DA LEI MUNICIPAL Nº.1162/81 (REVOGADA PELA LEI MUNICIPAL Nº.1219/83); e, O ARTIGO 64, DA LEI MUNICIPAL Nº.1156/81, COM A SUA NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI MUNICIPAL Nº.1162/81, ARTIGO 3º.

JOSÉ GERALDO BOTION, Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,  
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Ficam especificamente restaurados o artigo 2º, "caput", o seu parágrafo único, com nova redação, e suas alíneas "A" até "E", da Lei Municipal nº.1162, de 1º de julho de 1981.

Artigo 2º - O parágrafo único, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 1162/81, fica repristinado na forma seguinte:

- " Em se tratando de loteamento de imóveis, para fins urbanos, situados em qualquer zona do Município, urbana, de expansão ou rural, os lotes destinados à caução, na conformidade com o inciso V, alínea B, do artigo 2º, da Lei Municipal nº. 1156/81, serão liberados da seguinte forma:
- a) 10% (dez por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de abertura das vias de circulação e rede de escoamento de águas pluviais;
  - b) 15% (quinze por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de rede de distribuição de água com as respectivas ligações prediais e, conforme o caso, recalque, adução, reservação de água e distribuição;
  - c) 25% (vinte e cinco por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de rede coletora de esgoto com as respectivas derivações prediais e, conforme o caso, recalque e adução de esgoto;
  - d) 25% (vinte e cinco por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de abertura de





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35  
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



proj.de lei nº.030/88

-continuação-

fls.02

de iluminação domiciliar e pública; e,  
e) 25% (vinte e cinco por cento) do total dos lotes cau-  
cionados quando concluídas as obras de colocação de -  
guias e sarjetas. "

Artigo 3º - Fica, também, restaurado, o artigo 64, da Lei Muni-  
cipal nº. 1156/81, com a sua nova redação dada pelo artigo 3º,  
da revogada Lei Municipal nº.1162/81, a saber:

" Os lotes destinados a sítios de recreio deverão ter área  
mínima de 1.000 (mil) metros quadrados, frente mínima -  
para via pública oficial de 20,00 m (vinte metros) e -  
área igual ao módulo agrícola rural local. "

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 29 de agosto de 1988.

  
JOSE GERALDO BOTION

-Prefeito Municipal-

-----





CORDEIRÓPOLIS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
BRASIL  
111

LEI Nº.1219

DE 22 DE JUNHO DE 1983

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº.1162, DE 01/07/81,  
(QUE MODIFICA DISPOSITIVO DA LEI MUNICI  
PAL Nº.1156, DE 26/05/81) E APLICA DISPO  
SITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº.1156, CONFOR  
ME ESPECIFICA.

JOSÉ GERALDO BOTION - Prefeito Municipal de Cordeirópolis,  
Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são con  
feridas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou  
e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

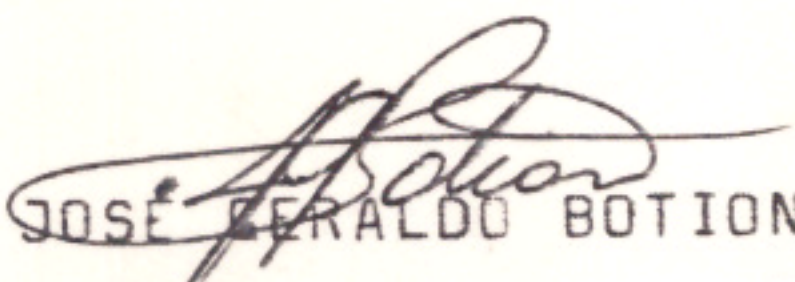
Artigo 1º - Fica revogada a Lei Municipal nº.1162, de 1º.  
de julho de 1981.

Artigo 2º - Aplica-se, a contar desta data, os dispositivos  
do § 5º, do artigo 62, Capítulo VIII, da Lei Municipal. . .  
nº.1156, de 26.05.81, aos : -


- Conjuntos Habitacionais:CECAP "A" no Jardim Planalto e. .  
CECAP "B", no Jardim Juventude; e,
- Vila Botion

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publi  
cação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 22 de junho de -  
1983.

  
JOSE GERALDO BOTION  
-Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 22 de ju  
nho de 1983.

  
NELSON MORALES ROSSI  
- Secretário Administrativo -

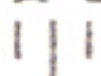




CORDEIRÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASIL



= PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS =

LEI Nº.1162de 01 de julho de 1981

Modifica dispositivo da Lei Municipal  
nº.1156, de 26 de maio de 1981.

ELIAS ABRAHÃO SAAD, Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - O inciso IV, da alínea "B", do artigo 20, da Lei Municipal nº.1156, de 26 de maio de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - a executar, às suas expensas e no prazo máximo de 3 (tres) anos, a partir da data da assinatura do termo de compromisso, a pavimentação das vias públicas, quando se tratar de loteamento de imóveis situados no perímetro urbano."

Artigo 2º - Ao artigo 25, da Lei referida no artigo anterior, fica acrescentado o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único - Em se tratando de loteamento de imóveis situados fora do perímetro urbano, os lotes caucionados na conformidade com o inciso V, da alínea "B", do artigo 20 da Lei nº.1156, serão liberados de acordo com o presente artigo e da seguinte forma:

a) 10% (dez por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de abertura das vias de circulação e rede de escoamento de águas pluviais;

b) 15% (quinze por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de rede de distribuição de água com as respectivas ligações prediais e, conforme o caso, recalque, adução, reservação de água e distribuição;

c) 25% (vinte e cinco por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de rede coletora de esgoto com as respectivas derivações prediais e, conforme o caso, recalque e adução de esgoto;

d) 25% (vinte e cinco por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de extensão de rede de iluminação domiciliar e pública;





CORDEIRÓPOLIS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
BRASIL

fls.02

- continuação -

||| e) 25% (vinte e cinco por cento) do total dos lo  
tes caucionados quando concluídas as obras de colocação de guias  
e sarjetas;

Artigo 3º - O artigo 64, da Lei nº.1156, de 26 \_  
de maio de 1981, mantido seu parágrafo, passa a vigorar com a \_  
seguinte redação:

"Artigo 64 - Os lotes destinados a sítios de re-  
creio deverão ter área mínima de 1.000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados)  
frente mínima para a via pública oficial de 20 m (vinte metros)  
e área igual ao módulo agrícola rural local".

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 01 de \_  
julho de 1981.

ELIAS ABRAHÃO SAAD

Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em  
01 de julho de 1981.

NELSON MORALES ROSSI

- Secretário -





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

CEP 13490-CORDEIRÓPOLIS - ESTADO DE SÃO PAULO

== PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS ==

- LEI Nº.1156 -

de 26 de maio de 1981

Dispõe sobre a organização dos Loteamentos, Desmembramentos, Reloteamentos, Agrupamentos, Abertura e Prolongamento de Vias e dá outras providências.

JOSÉ VITOR LUCKE, Prefeito Municipal de Cordeirópolis, em exercício, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Para fins desta lei adotam-se as seguintes definições:-

a) Área Urbana: a área que estiver dentro do Perímetro Urbano do Município;

b) Área Rural: a área que estiver fora do perímetro urbano do Município;

c) Área de Expansão Urbana: a área rural que se situa até no máximo de 2.000 (dois mil) metros além do limite do perímetro urbano;

d) Perímetro Urbano: é a linha como tal definida em lei;

e) Área Verde: ou área de recreação ou sistema de recreio, é a área arborizada reservada a atividade de recreação e ou contemplação e ou repouso;

f) Área Institucional e ou de Uso Especial: a área reservada a fins específicos de utilidade pública tais como: educação, saúde, cultura e esportes;

g) Quadra: a porção de terreno delimitada por vias oficiais de circulação;

h) Lote: a parcela de terreno contida em uma quadra com pelo menos uma divisa lindeira a via oficial de circulação de veículos;

i) Gleba: a área de terra que ainda não foi objeto de loteamento ou de desmembramento ou arruamento;

j) Loteamento Urbano: a subdivisão de áreas em lotes destinados a edificação de qualquer natureza, compreendendo o





--- continuação ---

fls.12

Artigo 23 - Verificado o não atendimento do disposto no artigo anterior, a Prefeitura Municipal cancelará, através de Decreto, o referido loteamento.

Artigo 24 - Atendidas as exigências do artigo 22, poderão ser iniciadas as vendas dos lotes não caucionados.

Artigo 25 - Os lotes caucionados por exigência do item V, da letra "B", do artigo 20, serão liberados a medida que os serviços e obras exigidos pelos itens III e IV, da letra "B", do mesmo artigo, forem executados, da seguinte forma e sequência:-

a) 10% (dez por cento) do total dos lotes caucionados quando ~~conclu~~cluídas as obras de abertura das vias de circulação e rede<sup>de</sup> escoamento de águas pluviais.

b) 10% (dez por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de rede de distribuição de água com as respectivas ligações prediais e, conforme o caso, recalque, adução, reservação de água e distribuição;

c) 15% (quinze por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de rede coletora de esgoto com as respectivas derivações prediais e conforme o caso, recalque e adução de esgoto.

d) 15% (quinze por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de extensão de rede de iluminação domiciliar e pública.

e) 15% (quinze por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de colocação de guias e sarjetas.

f) 35% (trinta e cinco por cento) do total dos lotes caucionados quando concluídas as obras de pavimentação.

Artigo 26 - Findos os prazos fixados nos itens III e IV, da letra "B", do artigo 20, da presente lei, o loteador perderá a favor do Município, os mesmos percentuais do total dos lotes caucionados, fixados nas alíneas do artigo anterior, para as obras indicadas nas mesmas e que não tenham sido concluídas e entregues, ficando a Prefeitura obrigada a executá-las.

Artigo 27 - A aprovação do loteamento poderá ser por partes da área total e para cada parte isoladamente incidirão as exigências do artigo 20 a 26 desta lei.

Artigo 28 - Nos contratos de compra e venda de lotes e nas escrituras definitivas deverão figurar as obrigações e -





impostos pelo loteamento.

Artigo 63 - Somente será permitido o desdobro ou desmembramento de lotes com aprovação da Prefeitura, de acordo com os dispositivos desta lei.

Artigo 64 - Os lotes destinados a sítios de recreio de verão ter área mínima de 5.000,00 (cinco mil) metros quadrados e frente mínima para a via pública oficial de 50,00 (cinquenta) metros e área máxima igual ao módulo agrícola rural local.

Parágrafo único - Nos sítios de recreio, as construções deverão manter um recuo mínimo de 15,00 (quinze) metros das vias públicas ou das estradas oficiais.

Artigo 65 - A declividade máxima permitida para lotes será de 20% (vinte por cento), sendo obrigatórios os movimentos de terra necessárias para atingir a esse valor nas áreas excessivamente acidentadas.

#### CAPÍTULO IX

#### DA ABERTURA OU PROLONGAMENTOS DE VIAS DE CIRCULAÇÃO

Artigo 66 - Depende de autorização da Prefeitura o prolongamento ou abertura de qualquer via pública.

Parágrafo único - Nos casos de interesse, utilidade ou de necessidade pública, a Prefeitura, independentemente de solicitação dos interessados, desapropriará as áreas para o fim previsto neste artigo, caso os proprietários não queiram doá-las.

Artigo 67 - O interessado na abertura ou prolongamento de via pública dentro do perímetro urbano ou de expansão urbana deverá requerer autorização à Prefeitura, apresentando os seguintes documentos:

I- título de propriedade dos terrenos necessários a abertura da via de circulação;

II- projeto da obra solicitada contendo:

a) planta da situação exata em relação aos logradouros públicos aprovados e ou já em uso.

b) curva de nível do terreno natural.

c) curvas de nível do terreno projetado.

d) perfis longitudinal e transversal da via projetada;

e) anuência expressa dos proprietários dos terrenos limitrofes a via projetada;

f) declaração de que se compromete a transferir sem onus para a Prefeitura, depois de acabados os serviços necessários.





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, MS

ROSA MARIA DO CARMO SOUZA, 51 - CAIXA POSTAL 18

$\text{COP} = \frac{\dot{Q}_L}{\dot{W}_{in}} = \frac{\dot{m}(h_8 - h_7)}{\dot{m}(h_2 - h_1) + \dot{m}(h_6 - h_5)} = 0.9$

COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

BIENNIO 1987/88

REF. PROJETO DE LEI Nº. 040 / 1934-INC de 020 / 1934-1934.

Analisando o Projeto de Lei em epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o aspecto de educação, saúde e assistência social, visto haver condições para sua aprovação.

1. 0. 0. 0. 0. 0.

Cordeirópolis,

JOSE VALTER MASCARIN P. 111 000-

ABILIO SECTION-MEADLO

IVAIR CABRINI-Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
PRAÇA FRANCISCO ORLANDO SIQUEIRA, 51 - CAIXA POSTAL 18  
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO  
BIÊNIO 1987/88

REF. AO PROJETO DE LEI Nº. 139/88-PMC-Ja 29 08/1988

Analisando o Projeto de Lei em epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o aspecto financeiro orçamentário, visto haver condições para a sua aprovação.

É o parecer.

Cordeirópolis, 29 08. 88

JOSÉ VALTER MASCARIN-Presidente

*Quarado Jiker*  
GERALDO KILLER-Membro

*pp Gomb 14*  
SÉRGIO AP. DALLA MULLE-Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO SOCCO, 51 - CASA POSTAL 18  
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO  
BIÊNIO 1987/88

REF. PROJETO DE LEI Nº. 030/88 - PMC - de 29/08/1988

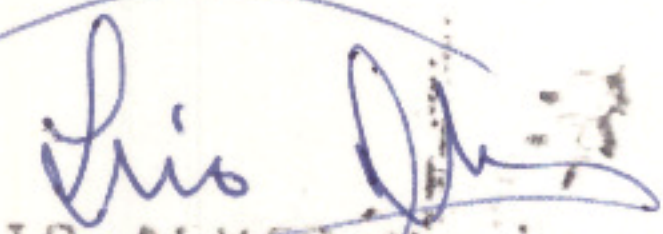
Analisando o Projeto de Lei na epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o aspecto jurídico redacional, visto haver condições para sua aprovação.

É o parecer.

Cordeirópolis, 29.08.88

  
ANTÔNIO LUIZ CICOLIN-Presidente

  
ABÍLIO BOTION-Membro

  
IRIDIO ALVES-Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCHI, 51 - CAIXA POSTAL 18  
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

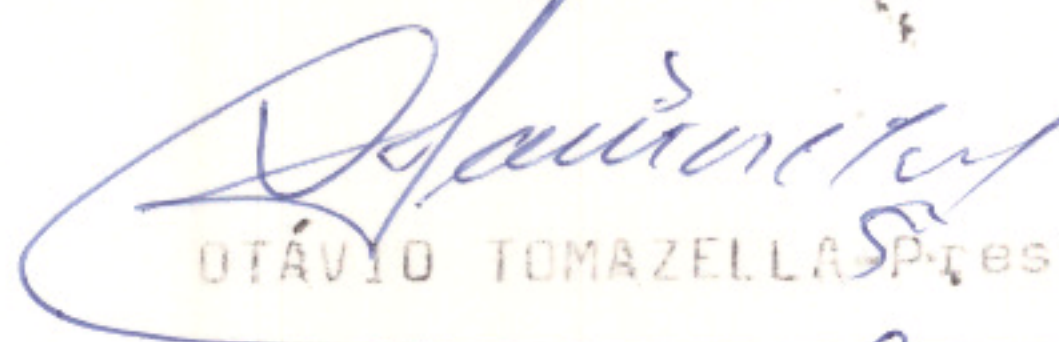
COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
BIÊNIO 1987/88

REF. AO PROJETO DE LEI Nº. 037 / 88 - PMC - de 19/08 / 1988

Analisando o Projeto de Lei em epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o aspecto de obras e serviços públicos, visto haver condições para sua aprovação.

É o parecer.

Cordeirópolis, 22.02.1988

  
OTÁVIO TOMAZELLA - Presidente

  
GERALDO BERTANHA - Membro

  
NELSON ZANETTI - Membro